



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO - DTI**

ATA DE SESSÃO PÚBLICA – AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2019

A Divisão de Tecnologia da Informação e Inovação da Polícia Federal reuniu-se às 09h do dia 13 de março de 2019, no auditório da Diretoria de Tecnologia da Informação e Inovação – DTI, localizado no endereço SAIS Quadra 07 Lote 23, Edifício CGTI, Brasília/DF, para abertura da sessão da Audiência Pública nº 01/2019 – DTI, sendo presidida pelo Sr. Frederico Borelli de Souza, mesa composta pela Sra. Solange Berto de Medeiros e pelos Srs. Orlando Batista da Silva Neto, Ricardo Facó Franklin de Lima Júnior, Odilon Teles de Mesquita e Altamir Araújo Guimarães Júnior. Iniciado o credenciamento das empresas presentes na sessão pública, cadastraram-se todos os presentes conforme Anexo I desta ata.

O Servidor Borelli fez a abertura da audiência pública explicando que iria efetuar uma apresentação dos pontos chaves referentes ao processo licitatório e em seguida daria oportunidade aos presentes para perguntas e contribuições. Ato contínuo, apresentou os membros da mesa.

O PCF Borelli iniciou a apresentação explanando acerca do objeto e da razão da divisão em dois lotes. Adiantou que licitação será por pregão eletrônico com o critério de menor preço por lote. Acrescentou que o contrato terá a duração de 12 meses, sendo prorrogável por até 60 meses. Explanou detalhes acerca da adoção da metodologia ágil de desenvolvimento a ser adotada, o SCRUM, e suas peculiaridades aplicadas à DTI.

Seguiu explanando acerca da sustentação aos sistemas e os respectivos métodos de pagamento a depender das peculiaridades e necessidades de cada sistema. Ressaltou entre outras observações, que a DTI ainda possui sistemas mainframe e que será necessária expertise por parte das licitantes.

Acrescentou que a DTI será bastante exigente com relação aos critérios habilitação, que a vistoria será obrigatória, que haverá uma fiscalização atuante e rigorosa dos termos contratuais e que tentativas de fraude na licitação serão rigorosamente apuradas.

Em seguida apresentou aspectos gerais da contratação, a alta criticidade de alguns sistemas, a complexidade de integrações e interações com hardware e a presença de arquiteturas distintas.

Finalizou a apresentação explanando acerca dos níveis de serviço que serão exigidos e os respectivos índices.

Tendo o PCF Borelli franqueado o microfone para perguntas e contribuições, adiantou que perguntas adicionais poderão ser enviadas por e-mail (cpl.cti@dpf.gov.br) até dia 18/03/2019.

Antes de qualquer contribuição ou pergunta, a PCF Solange acrescentou algumas palavras acerca da importância da contratação e da relevância da contribuição dos participantes para um melhor processo licitatório bem como da urgência da licitação.

O representante da empresa SONDA, Sr. Fábio Albernaz, questionou acerca do roteiro de métricas. O PCF Borelli explicou que a DTI possui um modelo próprio de métricas e que os pontos omissos serão supridos pelo modelo da SISF versão 2.2. Em seguida explanou uma prévia acerca do roteiro de métricas da DTI, ressaltando que o documento está em fase de finalização.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO - DTI**

O Sr. Fábio Albernaz questionou também acerca de como foi feita a divisão dos lotes e como será conciliado o desenvolvimento e sustentação dos diferentes sistemas por parte das diferentes empresas ganhadoras. O PCF Borelli respondeu que não é intenção separar o desenvolvimento da sustentação dos mesmos projetos, sendo que a empresa que desenvolve, regra geral, será a mesma que fará a sustentação. Respondeu ainda que a divisão foi feita considerando principalmente áreas de negócio correlatas, mas que não há vinculação dos lotes com o portfólio, podendo haver flutuação de sistemas entre os prestadores de serviço.

O representante da empresa STEFANINI, Sr. Anderson Alves, questionou acerca da transição dos sistemas desenvolvidos pelo SERPRO e como será tratada a respectiva documentação para manutenções futuras. PCF Borelli disse que ainda não foi definido como será tratada essa questão, e que essa questão será respondida posteriormente por escrito.

O Sr. Welington, da empresa ENGESOFTWARE, indagou se todos os sistemas da DTI possuem os respectivos códigos-fonte, qual o nível de tecnologias DevOps no órgão e qual a ferramenta de gestão que é utilizada atualmente. O PCF Borelli explicou sobre os códigos fontes dos diferentes sistemas, relatando que a imensa maioria está no GIT da DTI atualmente, e que os sistemas do SERPRO estão sendo incorporados gradualmente. Explicou ainda que os projetos, em sua maioria já estão incorporados no Jenkins e que o uso do OpenShift ainda é inicial, com a perspectiva de adoção ampla no médio e longo prazos. Por fim, explanou que a ferramenta utilizada para gestão de demandas é o Redmine, tendo sido customizada para gerenciar todo o processo de gestão do SLA e faturamento.

Welington questionou ainda acerca sobre a existência dos ambientes de teste, desenvolvimento e homologação. O PCF Borelli explanou que os ambientes existem e já são utilizados.

Fábio Albernaz, pediu uma maior explanação acerca da exequibilidade dos preços. O PCF Borelli disse que esse tópico ainda está em fase de evolução e que maiores esclarecimentos serão disponibilizados na versão final do TR.

Welington questionou acerca dos critérios de aceitação das sprints. O PCF Borelli fez os respectivos esclarecimentos, ressaltando que os procedimentos detalhados estão descritos na Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas - MDS. Welington questionou ainda sobre a não disponibilidade da MDS. O PCF Borelli explicou que por questões técnicas, devido à construção de uma nova versão da MDS, esta ainda não foi disponibilizada, mas que estará finalizada na versão final da documentação.

Welington questionou, sobre a garantia contratual, acerca da existência de equipe interna que mantenha código na DTI. O PCF Borelli explanou que não há equipe interna responsável pela manutenção de softwares e esclareceu acerca das funções das equipes internas e da política de não intervenção no código fonte, eventualmente efetuando apenas auditoria.

O Sr. Anderson Alves, da empresa STEFANINI, questionou acerca da possibilidade de o indicador de produtividade ágil impactar em glosa inadequada para certos tipos de sprint. O PCF Borelli esclareceu que nesses casos, a empresa deve informar a DTI sobre a peculiaridade e que cada caso será analisado individualmente.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO - DTI**

O PCF Orlando se apresentou e disponibilizou-se a responder maiores questionamentos.

Wellington informou que o catálogo de serviços por UST está "cortado" (incompleto) na minuta apresentada. O PCF Borelli acrescentou que pode ter havido falha na impressão e fez a devida verificação, apresentando o catálogo no projetor disponível.

Wellington questionou acerca da possibilidade de aglutinação de sistemas de alta plataforma em um mesmo lote. O PCF Borelli explicou que a lista de sistemas não é exaustiva, havendo outros sistemas de alta plataforma ainda não listados no portfólio informado. Informou ainda a necessidade de redundância dos contratos, razão essa de ter sido planejada uma licitação com 2 lotes, para a qual as empresas tenham capacidade de execução semelhante, haja vista a possibilidade de remanejamento de sistemas por queda de desempenho (ou outros fatores) de uma das futuras contratadas.

O PCF Borelli questionou aos participantes como eles veem a não-remuneração das mudanças dentro de uma mesma release, apenas ao seu final e quais os prós e contras desta abordagem. Wellington respondeu que isso representa um esforço grande da fábrica, uma vez que o demandante pode ser mais descuidado com as solicitações. A PCF Solange teceu algumas explicações adicionais do papel dos gestores de negócio e que eles não são afeitos ao tema de pagamento. O Wellington sugeriu ainda a utilização dos deflatores do SISP. PCF Borelli e PCF Solange explicaram que isso já é feito atualmente e diante de problemas encontrados, entendem não funcionar satisfatoriamente. Solange acrescentou que a mudança tem que ser considerada no ponto de função uma vez que mudanças são inerentes ao processo de desenvolvimento ágil.

O Sr. William Melo, da empresa STEFANINI, explicou que incluir o modelo ágil em pontos de função é um desafio, em razão da ausência de um percentual concreto de mudanças. Foi sugerido ainda a diminuição da quantidade de sprints dentro de uma mesma release para casos específicos.

A PCF Solange explicou que vai tentar obter junto à empresa Fatto os percentuais de mudança que têm sido praticados no atual contrato de modo a fornecer esses dados para as licitantes, e como alternativa pode adotar o estudo do SERPRO que define algo em torno de 30% (trinta por cento).

O Sr. Sérgio Parca, da empresa STEFANINI, questionou sobre a exigência de critério de habilitação que possa verificar se a licitante incluiu o percentual de mudança no preço proposto. O PCF Borelli respondeu que diante de todas as informações prestadas aos licitantes, não há de se exigir habilitação em função do percentual incorporado ou não, visto que o preço deve refletir, dentre outras condições, o próprio percentual de mudança. Desta forma, fica a critério do fornecedor levar isso em consideração na precificação.

A Audiência Pública foi encerrada às 11 horas. Nada mais havendo a ser consignado, os servidores Ricardo Facó Franklin de Lima Júnior, lavra e subscreve esta ata

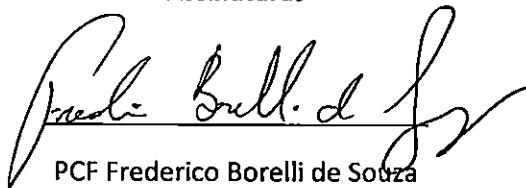


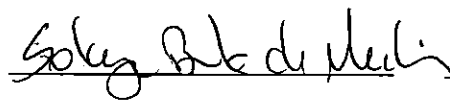
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO - DTI



_____ e encerrando a presente, que lida e achada conforme,
segue por todos devidamente assinada.

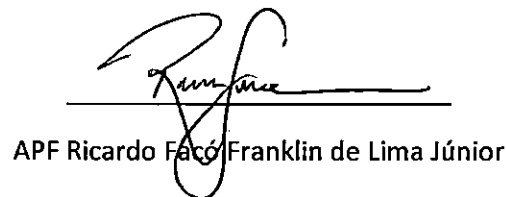
Brasília, 13 de março de 2019.

Assinaturas



PCF Frederico Borelli de Souza


PCF Solange Berto de Medeiros


PCF Orlando Batista da Silva Neto


APF Ricardo Facó Franklin de Lima Júnior


AADM Odilon Teles de Mesquita


ATI Altamir Araújo Guimarães Júnior.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO - DTI

AUDIÊNCIA PÚBLICA – Fábrica de Software

Reunião: Audiência Pública – 01/2019 – POLÍCIA FEDERAL – DTI/PF

Data de realização: 13/03/2019 Horário: 09h

Local: Auditório da Diretoria de Tecnologia da Informação e Inovação – DTI (SAIS, Quadra 07, Lote 23 – Edifício CGTI – CEP: 70.610-902 – Brasília, DF)

LISTA DE PRESENÇA					
Nº	NOME	Nº DOCUMENTO	INSTITUIÇÃO/EMPRESA	TELEFONE	E-MAIL
1	FABIO ALBERNAZ	1675397	SONDA	61 984348586	fabio.albernaz@sonda.com
2	JULIANA MICHON	1663867	ENGES.OFTWARE	61. 99819-8872	JULIANA.SOUZA@ENGESOFWARE.COM
3	ANDERSON ALVES DE MEDEIROS	1.469.232	STEFANINI	61. 985380308	AAMEDEROS@STEFANINI.COM
4	EDSON FURLANETTO JUNIOR	M6243713	SONDA/CTIS	61. 99249.1928	EDSON.FURLANETTO@ctis.com
5	Agnes Santos Leandro	1195388	SONDAIT/CTIS	61.984837245	agnes.leandro@ctis.com.br
6	Raquel Maria	3620284	Grupo CMCORP	61 98121915	raquel.montanador@grupocmcorp.com
7	SERGIO PARÇA.	1266747	STEFANINI	61 982321872	SPSANTOS@STEFANINI.COM
8	WILLIAM MELO	1349084	STEFANINI	61 999185625	WILLIAM@STEFANINI.COM
9	WELINGTON LOLES	17725828	ENGES.OFTWARE	61 999011255	welington.filho@engesoftware.com
10	ISACK DE LIMA	1863822	GRUPO CMCORP	61 983698577	ISACK.MORAES@GRUPOCMCORP.COM
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					